



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE TRÊS, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, conforme Edital de Convocação publicado aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, no Diário Oficial do Município de número 88, Ano XII, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e três. A Audiência Pública, presencial em Plenário, foi presidida pelo Presidente da Comissão, Vereador Sérgio R. B. Balaguer, com participação dos demais membros, os Vereadores Bruno Pessuti, Hernani, Indiará Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Giorgia Prates - Mandata Preta, Osias Moraes e Professora Josete (esta, ausente justificadamente). Estiveram presentes, integrando a Câmara Municipal de Curitiba: a senhora Aline Bogo, Diretora Contábil e Financeira e os servidores Ana Claudia Melo dos Santos, diretora da DAF, Hussein Mesmar Júnior, Débora Reis de Lima, Margarete Zimmerman Nakano e Daniel Dallagnol. Integrando a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, estiveram presentes, dentre outros: o senhor Cristiano Hotz, Secretário Municipal, e seu assessor Jaderson Goulart; a senhora Daniele Regina, Superintendente Executiva; o senhor Mario Nakatani, Superintendente Fiscal e o senhor Carlos Kukulj, do Departamento de Orçamento. Seguem as Notas Taquigráficas: "**O SR. PRESIDENTE**:- Bom dia a todos. Está aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Passo a palavra à minha colega, Vice-Presidente da Comissão, Vereadora Indiará Barbosa. **A SRA. INDIARA BARBOSA**:- Bom dia a todos. "Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Abertura: declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre 2023, de acordo com o que determina o Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Art. 62-A da Lei Orgânica Municipal. Esta audiência pública terá duração de duas horas, com início às 9h43min e término às 11h43min. Agradecemos a participação de todos: autoridades, representantes de associações e de entidades, servidores, cidadãos e Vereadores." **O SR. PRESIDENTE**:- Obrigado, Vereadora. A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização é formada por este Presidente que vos fala; pela Vereadora Indiará Barbosa, Vice-Presidente; pelos Vereadores Bruno Pessuti, Giorgia Prates, Hernani, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Professora Josete e Osias Moraes. Hoje vou pedir uma

gentileza aos Vereadores, que nós possamos cumprir o horário de duas horas da audiência. O Secretário Cristiano Hotz tem uma agenda externa, e gostaria que ele pudesse ter esse tempo para deslocamento. Então, peço aos Vereadores essa gentileza. Os nossos trabalhos obedecerão aos seguintes critérios: explanação do Legislativo Municipal, por conta da diretora contábil e financeira, a Sra. Aline Bogo; depois, concessão da palavra aos membros da Comissão e aos demais Vereadores, para questionamentos; e, na sequência, num segundo momento, a explanação do Secretário de Finanças do Município, o Sr. Cristiano Hotz. Então, de imediato, passo a palavra à Sra. Aline Bogo, diretora contábil e financeira da Câmara Municipal de Curitiba. **A SRA. ALINE BOGO:-** Bom dia a todos. Obrigada, Vereador Serginho do Posto, presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Aproveito para estender o meu cumprimento a todos os Vereadores desta Casa, a todos os cidadãos curitibanos que nos assistem nessa audiência, inclusive os servidores da Câmara Municipal de Curitiba. Quero dar as boas-vindas aos servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba e também ao nosso Secretário de Finanças, Cristiano Hotz. Essa audiência tem como objetivo demonstrar e avaliar as metas referentes ao 1º quadrimestre do exercício de 2023; os meses, então, de janeiro a abril desse exercício. Essa demonstração de metas atende, assim, os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e também a nossa Lei Orgânica. *(A Sra. Aline Bogo comenta enquanto são apresentados os slides no telão)*. Então, em relação ao nosso panorama orçamentário desse exercício de 2023, de acordo com a Constituição Federal, a Câmara poderia ter uma receita, nesse exercício, de até 4,5% das receitas de impostos e transferências constitucionais do Município no exercício anterior, arrecadados então em 2022. Esse valor de 4,5% totaliza duzentos e oitenta e sete milhões duzentos e dezenove mil. Porém, o nosso orçamento foi fixado, no ano passado, na LOA, em cento e setenta milhões, atingindo um percentual de 2,66%, e não os 4,5% a que teríamos direito. Desse valor orçado, empenhamos, nos meses de janeiro a abril de 2023, um total de cinquenta e oito milhões duzentos e oitenta e quatro mil, que representam 34,29% do valor orçado, e liquidamos, nesse quadrimestre, quarenta e nove milhões e oitenta e dois mil, representando 28,87% do valor orçado. Ainda nesses quatro primeiros meses, nós já encaminhamos ao Poder Executivo, à Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio de interferência financeira, um valor referente a cancelamento de restos a pagar, que são despesas empenhadas em exercícios anteriores e que não foram gastas na sua totalidade, muitas vezes são contratos estimados que não são gastos no total, onde devolvemos ao Município, então, um total de setecentos e três mil duzentos e vinte e quatro; e também rendimento com aplicações financeiras, dos valores que nós recebemos, que estão aplicados em contas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, totalizando quinhentos e dezoito mil nesses quatro meses. Esse valor, então, volta ao Município para entrar como uma receita, que depois vai compor o valor arrecadado para o exercício de 2023. Totalizamos, então, uma devolução ao Município, nesses quatro meses, de um milhão duzentos e vinte e um mil. Em relação às nossas despesas, temos três principais grupos de gastos, que são as despesas com pessoal, onde foram empenhados 69,5%; outras despesas correntes, 29,8% do valor empenhado; e uma despesa com investimento de 0,7%. Em relação ao grupo de despesa de pessoal, é o nosso principal grupo de gastos, nós temos um valor orçado, no exercício, de cento e vinte e oito milhões trezentos e oitenta mil. Desse valor, foram empenhados quarenta milhões quinhentos e vinte mil. Então, nós empenhamos 31,56% do valor orçado nesse grupo. Esse grupo está dividido em vencimentos e vantagens fixas, onde tínhamos um orçamento de cento e quatro milhões, e foram empenhados trinta e três milhões trezentos e quarenta e seis mil; obrigações patronais, um orçamento de vinte e dois milhões cento e vinte mil, e foram empenhados seis milhões setecentos e dez mil; gastos com indenizações, um orçamento de dois milhões e oitenta mil, e foram empenhados quatrocentos e sessenta e três mil; e outras despesas com pessoal, um valor menor, um valor orçado de cento e sessenta mil, que não foi realizado nada nesse 1º quadrimestre. Nós vemos, então, que o percentual empenhado, em relação ao orçado, está na média dos

30%; como nós temos três trimestres, para chegar, então, nos 100%. Ainda em relação às despesas com pessoal, nesse slide, nós subdividimos os vencimentos e vantagens fixas, que são os três primeiros dados da planilha, em investimentos e vantagens fixas de servidores efetivos, que totalizam quinze milhões setecentos e oitenta e um mil. Nesse valor estão incluídas as indenizações de servidores ativos, referente à licença-prêmio. Temos também o grupo de subsídios, num total empenhado, no trimestre, de três milhões e quarenta e um mil; e vencimentos comissionados, quatorze milhões quinhentos e seis mil. Ainda um valor pequeno, no convênio que temos com a Guarda Mirim, com menores aprendizes, um total de dezessete mil trezentos e oitenta e seis, no trimestre; e repetindo, então, obrigações patronais, seis milhões setecentos e dez; e indenizações, aqui principalmente a servidores aposentados, quatrocentos e sessenta e três mil, no 1º trimestre, totalizando, então, uma despesa com pessoal de quarenta milhões quinhentos e vinte mil. Nesse gráfico, temos um panorama dessa despesa, onde diluímos também as indenizações e obrigações patronais, tendo um valor, com efetivos, de 48,1%; com comissionados, 42,8%; e com subsídios, 9%, subsídios dos Srs. Vereadores. Em relação ao nosso segundo grupo, que são outras despesas correntes, temos um valor orçado, para o exercício, de trinta e oito milhões quatrocentos e vinte mil, onde nós empenhamos, no trimestre, dezessete milhões trezentos e cinquenta e três mil trezentos e sessenta e dois, representando um percentual empenhado de 45,17% em relação ao orçado. Nós vemos que no 1º trimestre esse percentual sempre é maior, porque temos muitos contratos globais que são empenhados já no início do ano, os quais se estendem, muitas vezes, para o ano inteiro. Subdividindo, então, esse grupo, nós temos benefícios assistenciais, nessa dotação que são pagos os auxílios creche, saúde e funeral, em que o total orçado é de dois milhões e quinhentos, e empenhado, setecentos e trinta e oito mil seiscentos e três; um valor orçado com auxílio alimentação de três milhões quatrocentos e noventa e cinco, que não tivemos nenhum valor realizado no trimestre. Material de consumo, um milhão e duzentos orçado, quinhentos e sessenta e oito mil empenhado. Serviços terceirizados, locação de mão de obra, onde os principais serviços são de limpeza e vigilância, quatro milhões e quatrocentos orçado, dois milhões quinhentos e oito empenhado. Serviços relativos a contratações na área de tecnologia da informação e comunicação, um valor orçado de seis milhões quinhentos e cinquenta, e empenhado de quatro milhões quinhentos e cinquenta e sete. Outros serviços de terceiros, no valor de sete milhões quinhentos e cinquenta orçado, e empenhado, quatro milhões setecentos e sessenta e cinco. O valor referente ao aporte ao IPMC, relativo ao equacionamento da dívida com o Instituto de Previdência, um valor orçado de doze milhões, e empenhado, quatro milhões e setenta e dois mil; e ainda um grupo pequeno de outras despesas, setecentos e vinte e cinco mil orçado, e cento e quarenta e dois mil empenhados. (L) Ainda em relação ao grupo de investimentos, são as despesas de capital, nós temos um orçamento, para o exercício, de três milhões e duzentos mil, onde foram empenhados quatrocentos e dez mil novecentos e setenta e dois, um percentual de 12,84% em relação ao orçado, sendo que esse valor foi empenhado em equipamento e material permanente. Ainda não tivemos nenhum empenho referente a obras de instalações nesse primeiro trimestre. Em relação às despesas de diária, as despesas de viagem que foram executadas nesses quatro primeiros meses, esse valor totaliza, então, dezesseis mil trezentos e trinta e cinco, sendo que dois mil quinhentos e vinte e cinco foram gastos com Vereadores e assessores, e treze mil oitocentos e nove foram gastos com servidores. Desse total, também, nós temos com diárias mil oitocentos e trinta com passagens aéreas, doze mil seiscentos e cinco, e com hospedagens, mil oitocentos e noventa e nove. Em relação ao valor que foi inscrito em restos a pagar ao final do exercício de 2022, nós tivemos uma inscrição total de restos no valor de cinco milhões quinhentos e vinte e sete mil, onde, desse valor, já foram pagos dois milhões quatrocentos e vinte e seis mil, foram cancelados setecentos e três mil duzentos e vinte e quatro. Esse valor cancelado, então, foi repassado ao Município. E nós temos ainda de restos a pagar, dois milhões trezentos

e noventa e oito mil duzentos e cinquenta e um. E assim, como determina a nossa Lei Orgânica, como não podemos trazer todos os empenhos de todos os contratos, nós trazemos aqui as liquidações dos principais contratos, dos maiores contratos que a Câmara tem desse primeiro quadrimestre. Então, em relação à locação de mão de obra, temos um contrato com a empresa Obra Prima, de limpeza, serviços de copa e outros serviços, onde foram liquidados quatrocentos e oitenta e três mil quinhentos e quarenta e oito no quadrimestre, e também com a empresa Gênesis, um serviço de vigilância, onde foram liquidados oitocentos e sessenta e cinco mil setecentos e dez no quadrimestre. Tivemos de gastos com combustível, setenta e três mil cento e trinta e três; com estagiários, um gasto liquidado no quadrimestre de trezentos e noventa e nove mil quatrocentos e oitenta e seis; locação de veículos, duzentos e cinquenta e dois novecentos e cinquenta e quatro; serviço de manutenção predial, trezentos e quinze quinhentos e doze; e o contrato de Medicina Ocupacional, Medicina do Trabalho, duzentos e sessenta e três mil quatrocentos e oitenta e três. Ainda em relação aos contratos na área de tecnologia da informação e comunicação, dois contratos com a Serpro, de computação em nuvem e e-mail, liquidados no quadrimestre, duzentos e quarenta e um mil quinhentos e noventa e nove; dois links de internet, cento e quarenta e oito mil seiscentos e sete; contrato com a empresa Click TI de locação de computadores utilizados por servidores e Vereadores, quinhentos e sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e seis; e dois contratos de software, um para a parte administrativa, com a empresa Logitech, e a parte da gestão aqui do Plenário com a empresa IT Sistemas, os dois totalizam duzentos e vinte e um mil quatrocentos e cinquenta e sete, valor liquidado no quadrimestre. Em relação às nossas metas, cumprimento dos nossos limites, nós temos esse limitador de 70% da folha de pagamento em relação à receita do Legislativo. Entende o Tribunal de Contas que essa receita seria o valor máximo que a Câmara teria direito neste exercício, então, de duzentos e oitenta e sete milhões, duzentos e dezenove mil, 70% desse valor, nós poderíamos ter um gasto de folha de pagamento, no exercício, de duzentos e um milhões e cinquenta e três mil, e foi gasto, no primeiro quadrimestre, trinta e três milhões oitocentos e dez mil. Esse é o valor de despesa de pessoal, excluindo as obrigações patronais, então, seriam as despesas com folha de pagamento. Nós atingimos o percentual de 11,77% nesse quadrimestre, e apesar de que ele ainda vai somar mais dois quadrimestres, não chegaremos, acredito, nem a 40% desse percentual de 70% para o ano todo. Vendo a limitação que nós temos na nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101 de 2000, então, em relação à despesa de pessoal do Município de Curitiba, tem uma limitação de 60%, sendo que desses 60%, 6% seriam um limitador para o Poder Legislativo. Então, nós podemos gastar até 6% da receita corrente líquida com despesa de pessoal. Em relação à receita corrente líquida, valor calculado pela Prefeitura de Curitiba, que é a receita do Município, nesse caso é em relação ao exercício móvel, então, seriam os últimos doze meses, nós temos aí o período de maio de 2022 até abril de 2023, uma receita corrente líquida ajustada de nove bilhões quinhentos e setenta e oito milhões. A despesa bruta com pessoal do Poder Legislativo ficou em duzentos e vinte milhões duzentos e vinte e sete mil, nessa despesa bruta, somadas as despesas tanto com pessoal ativo, quanto também com pessoal inativo, que é repassada à Câmara essa informação pelo Instituto de Previdência, então, com pessoal ativo, cento e vinte milhões quinhentos e noventa e três, e com inativos e pensionistas, setenta e nove milhões seiscentos e quarenta e três mil. Nós vemos que esse valor é depois deduzido nas despesas não computados, então, assim como as indenizações no valor de um milhão seiscentos e setenta e oito, nós também deduzimos os inativos e pensionistas, e temos uma despesa líquida com pessoal, nesse exercício móvel, de cento e dezoito milhões novecentos e quatorze mil, atingindo, então, um percentual de 1,24% da receita corrente líquida. A título de comparação com outros quadrimestres, primeiros quadrimestres dos últimos quatro anos, nós temos, no primeiro quadrimestre de 2019, ali um índice da LRF, de 1,41%, depois 1,32%, 1,26%, 1,14% em 2022, um índice que foi diminuindo, até porque nós tivemos, com a pandemia, um valor congelado, não foram permitidas recomposições

inflacionárias nos vencimentos, também tivemos aposentadorias, então, esse índice vinha caindo, até que o ano passado, quando foi permitida a recomposição dos vencimentos e também com a posse de novos servidores, subimos um pouquinho esse índice e chegamos em 1,24%. Em relação ao índice da emenda constitucional, os valores que foram atingidos nos primeiros quadrimestres dos exercícios anteriores, nós vemos ali de 12,88% para 12,12%, depois 10,97%, 11,32% e agora estamos em 11,77%. O primeiro índice, que seria de 6% o máximo, e o segundo seria de 70% máximo, aí somando dos três quadrimestres. Nessa apresentação eu trago uma comparação, então, da despesa liquidada, que eu acredito que seja uma despesa melhor de se comparar no primeiro quadrimestre, como nós não temos o exercício todo, não seria justo trazer a despesa empenhada, porque, muitas vezes, no primeiro quadrimestre você empenha despesas já de outros quadrimestres. Então eu trouxe a despesa liquidada, são valores reais, valores atualizados de abril de 2023, onde nós temos ali uma despesa de pessoal, que em 2022 estava em trinta e sete milhões seiscentos e sessenta e quatro mil; em 2023, ela está em quarenta milhões trezentos e noventa e três mil; outras despesas correntes, ela vem ali de 2019, de cinco milhões trezentos e setenta e sete; depois foi para seis milhões cento e noventa e um; em 2021, seis milhões seiscentos e trinta e um; em 2022, sete milhões quinhentos e quarenta; e 2023, oito milhões quinhentos e sessenta e seis. E a despesa de investimentos, que ali tem anos que não houve despesas no primeiro quadrimestre, o que é comum, geralmente as obras e investimentos ficam mais para outros quadrimestres, então, tivemos em 2019, duzentos e dezoito mil; depois, em 2021, trinta e três mil; 2022, vinte e cinco mil; e agora em 2023, cento e vinte e dois mil liquidado. Em relação ao aumento na despesa de pessoal, então, temos também a questão dessas indenizações de licença-prêmio, que no ano anterior não foram pagos no primeiro quadrimestre, e nesse exercício já teve um valor pago nesse quadrimestre. Em relação às outras despesas, tivemos um crescimento, principalmente nas despesas de tecnologia, e também em relação ao aporte que é realizado ao Instituto de Previdência de Curitiba. Concluindo, eu trouxe uma comparação em relação às capitais que têm direito ao mesmo percentual do que a Câmara Municipal de Curitiba. Percentual de 4,5% das receitas arrecadadas do Município no exercício anterior. Nós vemos ali que Curitiba tem um dos menores orçamentos fixados para esse ano, a única ali que tem orçamento menor que Curitiba é a cidade de Belém, a Câmara de Belém, que tem um orçamento de cento e vinte milhões, e depois Curitiba com orçamento de cento e setenta milhões. Nós vemos, então, que temos Câmaras com menor número de habitantes e menor número de Vereadores, que têm orçamentos maiores do que o fixado para Câmara Municipal de Curitiba. Então, Salvador, um orçamento de duzentos e quarenta e oito milhões duzentos e treze, aqui são orçamentos do Poder legislativo; Fortaleza, duzentos e sessenta e nove milhões e cento e setenta e dois; Manaus, duzentos e oitenta milhões; Recife, duzentos e dezessete milhões quinhentos e dezessete; Goiânia, cento e noventa e cinco milhões seiscentos e setenta e dois, Belém, cento e vinte milhões; Porto Alegre duzentos e sete milhões, novecentos e noventa e sete. Gostaria de agradecer a atenção de todos, e também a minha equipe que trabalha comigo lá e que cuida com muito carinho de todos os estágios das despesas da Câmara Municipal de Curitiba. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Convido a Sra. Aline para que faça parte da Mesa. Nós abriremos às perguntas, começando pelos membros da comissão. Eu praticamente farei só uma pergunta, quero também cumprimentá-la pela explanação e os dados trazidos aqui de forma consistente. Em tempo, ainda, quero cumprimentar as presenças da Sra. Ana Claudia Melo dos Santos, diretora do DAF, o Hussein Mesmar Júnior, da Débora Reis de Lima, Margarete Zimmerman Nakano, controladora, Sr. Daniel Dallagnol. A minha pergunta, Aline, junto com os dados apresentados de contratos de tecnologia, observei que foi incluso comunicação. Qual seria essa comunicação de fato que foram esses recursos utilizados? **A SRA. ALINE BOGO:-** Esses contratos não se referem a contratos da nossa diretoria de comunicação, eles se referem a contratos, por exemplo, na área de internet, que são links de dados, também na área de

comunicação seria a empresa 3CORP, que são locações de aparelhos telefônicos e de ramais, e também toda parte de informática. Tem também pontos de rede, locações de impressoras, computadores, todos na parte de tecnologia. **O SR. PRESIDENTE:-** Fico grato. Tem mais inscrições? Concedemos a palavra à Vereadora Indiara. **A Sra. Indiara Barbosa:-** Obrigada, Vereador Serginho. Gostaria de cumprimentar e parabenizar a Aline e toda sua equipe pelo trabalho sempre realizado. Achei bem interessante esse slide que compara o orçamento da Câmara com orçamentos de outras cidades de porte semelhante. Ali já observamos que a Câmara de Curitiba tem um custo mais baixo do que outras Câmaras de porte semelhante, como Porto Alegre, por exemplo, e outras. Então, é bem interessante. A senhora mencionou também, durante a apresentação, que já foi feita uma economia nesse quadrimestre de um milhão e duzentos, aproximadamente, e eu questiono se tem uma previsão no ano de economia e de devolução para a Prefeitura, além, porque tem a questão do orçamento que, às vezes, já é reduzido, mas, além disso, se tem já uma meta, um objetivo? Obrigada. **A SRA. ALINE BOGO:-** Em relação a essa pergunta, nós estamos com o orçamento bem enxuto, os Vereadores já fixaram um orçamento de forma a não ficar com valor preso aqui que o Município possa usar, então, poderíamos ter fixado um orçamento bem maior, os Vereadores já optaram por fazer um orçamento para a Câmara de Curitiba menor. Então, nós temos a intenção, lógico que, às vezes, não conseguimos usá-lo na totalidade, porque, às vezes, projetamos algumas obras, algumas coisas que têm um cronograma, e aí nem tudo se empenha no exercício. Mas a intenção é que sejam usados **(K)** praticamente 90, 95% do nosso orçamento. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Bruno Pessuti. **O Sr. Bruno Pessuti:-** Muito obrigado, Presidente Serginho. Só parabenizar, em nome da Aline, toda a equipe aqui presente, que com muita responsabilidade e transparência conduzem a gestão das contas municipais da Câmara Municipal de Curitiba, fazendo com que nossa Câmara seja eficiente e ao mesmo tempo transparente, e cumprindo o seu papel legislativo com muita galhardia e muita presteza. Parabéns a todos. **O SR. PRESIDENTE:-** Próximo inscrito, Vereador Rodrigo Braga Reis. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Tenho várias perguntas a fazer. Primeiro, parabéns, obviamente, pela excelente administração da Câmara Municipal. Vimos pelos gráficos que a Câmara realmente está muito à frente. Mas eu acho que há até um certo exagero, e é por isso que vou fazer requerimentos aqui, em nome de todos que eu represento, não todos os Vereadores. Primeiro, se a Câmara Municipal está tão enxuta, por que até o presente momento não foi colocado o auxílio alimentação para os servidores desta Casa? Porque nós temos condições, nós temos dinheiro para pagar, os funcionários, os servidores estão pedindo isso já há bastante tempo, e até o presente momento não foi levantado isso. Nós temos condições de fazer o auxílio alimentação para os servidores desta Casa. Eu peço, por favor, qual é o procedimento, se é projeto de lei que nós temos que fazer, quem é que tem que fazer. Essa é a primeira pergunta. Segunda pergunta, você colocou que o pessoal não chega a 40%. Nós estamos muito abaixo do que o Tribunal de Contas determina. Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça teve um projeto de lei do Vereador Eder Borges, que está pedindo a instituição de cargos menores para os gabinetes. Então, também podemos levar em consideração isso, porque é importante ter cargos menores para que a gente possa fazer o melhor serviço para a população. Terceiro ponto, que eu acho espetacular desta Casa, são os programas de estágio e de menor aprendiz. Mas eu vi ali o programa de estágio, pelo menos o que você me falou, em trezentos e noventa e nove mil reais o programa de estágio e de menor aprendiz, próximo inclusive do gasto que nós temos em Medicina do Trabalho. Por que não aumentar esse programa? Eu conheço vários estagiários que trabalharam aqui na Câmara, que estão trabalhando hoje em grandes empresas e que foi de suprema importância esse primeiro emprego dele. Por que não a Câmara Municipal não aumentar isso? Então, o que eu vejo é que há até um certo exagero de contenção. Por exemplo, eu quero usar o auditório... Não posso usar mais o auditório no primeiro semestre, porque não fizeram a licitação para a equipe que trabalha para atender os Vereadores. Então eu

só queria, você é uma pessoa de extrema competência, a gente vê pelos números aqui, mas eu acho que está tendo um certo exagero. Eu acho que, primeiramente, essa questão do auxílio alimentação dos servidores desta Casa tem que ser colocado em pauta imediatamente! A contenção de gastos é tão grande, e a gente viu que o orçamento da Câmara Municipal de Curitiba é a metade de outras cidades com menos habitantes. Então, eu não entendo por que o exagero de todo ano ficar competindo para devolver dinheiro para a Prefeitura, em detrimento desta Casa, que faz a fiscalização da Prefeitura. É importante que esta Casa trabalhe muito bem para fazer uma melhor fiscalização, para que a gente possa atender melhor. Os servidores saem daqui, vão lá para o Tatuquara, aí o servidor tem que voltar correndo porque não tem condições de almoçar, porque ele não tem um auxílio alimentação. Então, por favor, só queria que levantassem esses assuntos, porque eu entendo que há um exagero. Então, levem em consideração o nosso pedido. Obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Obrigado, Vereador. Eu passo, de imediato, a palavra à Sra. Aline. **A SRA. ALINE BOGO:-** Obrigada, Vereador Rodrigo Braga Reis, pelas perguntas. Primeiro, respondendo à questão do auxílio alimentação. Essa é uma discussão na Câmara que já vem [acontecendo] há algum período, e sempre se tinha uma dúvida se era possível ou não era possível proceder com esse benefício, até porque se dizia que esse valor havia sido incorporado no passado. Mas essa administração agora, na figura do nosso Presidente, fez uma consulta ao Jurídico, foi definido que é possível e isso está em andamento, está sendo verificado, está aberto um processo que já foi tramitado pelo Jurídico e tem essa previsão. Inclusive, por isso que tem esse planejamento no orçamento. A gente viu ali que tem um valor orçado, porque realmente existe esse planejamento e existe a intenção de que esse processo seja tramitado e que a partir daí do segundo semestre esse benefício seja estendido aos servidores do Legislativo. Em relação aos estagiários, a gente viu ali que a Câmara, a partir desse ano, ela também criou esse convênio. Além da gente ter o contrato com os estagiários, tem agora esse convênio com os servidores da Guarda Mirim. E a gente tem uma preocupação muito grande de não ter um número grande de estagiários, a gente pode ter um número maior de acordo com o contrato, mas a gente tem que ter uma responsabilidade muito grande com esses estagiários, para que quando eles estejam aqui, a gente realmente possa ter um supervisor que tenha o curso de formação que possa orientar estagiário. No mês de maio a gente fechou em cento e dois estagiários na liquidação. Esse contrato, na verdade a intenção dele é que não seja acrescido mais. A intenção é que ele fique nesse patamar mesmo desse percentual de estagiários. Em relação aos cargos, aí realmente é uma pergunta que eu não posso responder. Depois, não sei se a administração, a nossa diretora ou o Presidente querem complementar [sobre] esses cargos menores. Teria realmente que fazer um estudo. Mas o que eu posso dizer é que existe um convênio, um contrato com a Universidade Federal, que está sendo estudado um plano de carreiras. Então eu acredito que nesse trabalho possa haver essa discussão em se ter cargos comissionados num valor menor do que o inicial hoje. Eu acredito que essa é a dúvida do Vereador. Em relação ao auditório, que o Vereador falou, eu acredito que seja a questão de operação de áudio e vídeo. Não sei se era esse... **O Sr. Marcelo Fachinello:-** Aline, eu posso complementar? **A SRA. ALINE BOGO:-** Pode, com certeza. **O Sr. Marcelo Fachinello:-** Mais uma vez bom dia a todos e todas. Primeiro, tudo que nós fazemos aqui é como responsabilidade. A Aline sabe disso, a gestão de todos os nossos contratos, a gestão de pessoal sempre é feita com responsabilidade e seguindo um orçamento foi definido inclusive no ano passado. Esse é orçamento que foi definido pelos Vereadores em 2022, para o exercício de 2023. Em relação a essa questão de cargos, de funcionários aqui da Casa, de fato, está sendo feito um estudo pela Universidade Federal do Paraná. Já era um convênio que vinha sendo celebrado anteriormente, nós demos continuidade a isso e está sendo feito esse estudo, e todas as sugestões que são feitas pelos Vereadores serão incluídas durante esse processo. Em relação a questão da utilização dos espaços, nós temos aqui nesse espaço limitações e elas vão ser respeitadas. Os nossos funcionários, nossos diretores sabem que o Ministério Público está nos cobrando

diversas situações em relação à manutenção desde que é um plenário histórico e tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado do Paraná, e por isso nós estamos utilizando outros espaços da Câmara. E os Vereadores que utilizam os espaços, o fazem de forma regimental, aquilo que está definido em nosso Regimento é aquilo que nós cumprimos e colocamos à disposição de todos os Vereadores de forma igualitária. Pode haver mudança no Regimento, como foi feito no ano passado, inclusive com sugestão de se utilizar de forma indiscriminada, de forma ilimitada por todos os Vereadores. Aí nós teremos que fazer talvez somente sessões solenes, somente audiências públicas para atender uma mudança de Regimento. Em relação à questão contratual que nós tivemos, iria finalizar um contrato de transmissões com os servidores que são terceirizados aqui, uma empresa que estava prestando serviço aqui para a Câmara Municipal de Curitiba, o que houve é que esse contrato estava chegando ao final e nós, de forma muito célere, com todos os nossos departamentos envolvidos, conseguimos fazer uma licitação, dentro de todos os parâmetros legais, porém em tempo recorde e esse contrato já está renovado. Nenhuma das transmissões, das audiências, das sessões da Câmara ficará sem a transmissão, porque nós queremos fazer tudo de forma absolutamente transparente. Então, não haverá interrupção e nem paralisação na realização de sessões solenes, de transmissões de comissões e das sessões plenárias desta Casa. Então, complemento a informação da nossa competente Aline. Era isso, Presidente Serginho. **A SRA. ALINE BOGO:-** Obrigada, Sr. Presidente, pela complementação. **O Sr. Marcelo Fachinello:-** Mais uma vez ainda, só para dizer do Regimento, em relação à resolução que foi alterada em 2003, o Art. 3º, em relação à questão da utilização dos espaços, no seu § 1º diz o seguinte: "Cada Vereador terá direito a concessão do uso das dependências, de que trata esse artigo por no máximo três vezes em sessões legislativas, ou seja, durante todo o período". Então é isso que nós fazemos, cumprir o Regimento. Só isso. Obrigado. **A SRA. ALINE BOGO:-** Obrigada, Vereador Serginho do Posto. Quero agradecer então toda a atenção dispensada, agradecer aos Vereadores, todos os servidores que nos auxiliam lá no nosso trabalho, pessoal da Presidência também que auxiliou e da comunicação, que ajudaram no layout da apresentação. Agradeço a Comissão de Economia e me coloco à disposição, quando não estou aqui no plenário, mas nós estamos lá na Contabilidade e sempre que precisarem nós estamos lá para esclarecer as dúvidas que os Vereadores tenham. Muito obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Nós que agradecemos a Sra. Aline e toda a sua equipe, pela forma responsável que vem fazendo a gestão ao longo desses anos, e de forma muito transparente também trazendo os dados do Legislativo Municipal. Nós encerramos esta primeira parte da audiência. Convido o Secretário Cristiano Hotz, também a superintendente executiva Daniele Regina dos Santos, aqui presente conosco, o superintendente fiscal Mario Nakatani Junior, para sentarem-se à mesa conosco. Quero também cumprimentar, também presentes aqui conosco, o Departamento de Orçamento, o Sr. Carlos Eduardo Kukolj; o Departamento de Contabilidade, na figura do Sr. Claudinei Nogueira; o Departamento de Rendas Imobiliárias ISS, o Sr. Adriano de Andrade Manzepe; e acompanham também os assessores Eduardo Moraes Markowicz e Jaderson Goulart. Sejam todos bem-vindos. Fica a saudação deste Legislativo aos servidores que acompanham esta audiência. Nós faremos agora a mesma metodologia, dois minutos para a pergunta e o Secretário fará a devolutiva das perguntas dos Vereadores. Sempre lembrando a ordem das inscrições. Primeiro abriremos para os membros da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Na sequência eu solicito aos Vereadores que se inscrevam através do sistema. Então, de imediato eu passo a palavra e pedindo a gentileza para que nós possamos manter o horário previsto dessa audiência. Já estamos utilizando o tempo de duas horas. Passo a palavra ao Sr. Secretário Cristiano Hotz, representando o Executivo no dia de hoje. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Sr. Presidente, Vereadora Indiara, Vereador Sergio, demais Vereadores presentes. Vou ser bastante objetivo, porque esse 1º quadrimestre, Sr. Presidente, é de pouca movimentação. A gente pega o final do ano, pega o início do ano, V.Exas. verão, principalmente na apresentação quando fala dos números da Educação,

perceberão que está bastante baixo, porque não tem educação funcionando em janeiro e fevereiro. Então, a gente tem aí números que se recuperam durante o ano. Eu vou direto lá ao ponto. Peço perdão por não estar usando o meu terno, Sr. Presidente, o senhor viu ali que tem uma falha na manga do paletó e não consegui vesti-lo. Peço que inicie a apresentação. *(Inicia a apresentação no telão)*. Vamos falar das receitas primeiro. Pode ir para a página quatro, das receitas. Então, a gente teve um incremento ali, receitas correntes, sempre comparado ali, a variação real com o 1º quadrimestre de 2022. Esse 1º quadrimestre, fazendo essa lembrança, é o comparativo com o 1º quadrimestre do ano passado. Nós tivemos nas receitas correntes um aumento de 5,33%; (V) receitas de capital tivemos uma redução de menos 24,6%; receitas intraorçamentárias uma variação de 7,2%, e as nossas receitas tiveram uma variação positiva para R\$ 4.008.912. Então também essas receitas são as extraorçamentárias. Como já de costume temos feito, passamos os números e depois deixamos mais tempo para as perguntas, porque os números são esses, não tem o que questionar. Temos um quadro também que apresenta o total da nossa realização de receitas 38,7%. As correntes 40,9%. A de capital temos essa redução, não atingiu 33%, mas recuperamos durante o exercício, como eu disse o 1º quadrimestre é bastante atípico. Intraorçamentárias, de 34,1% e as receitas de 39,3%. Vamos para a pirâmide agora. São apresentadas ali as taxas. Nas taxas temos uma pequena redução referente ao 1º quadrimestre, porque a nossa metodologia de cobrança do IPTU deste ano foi um pouco diferente dos anos anteriores, que passamos a cobrança para abril. Então ali entra também a taxa de coleta, por isso que temos essa pequena variação. O ITBI tem uma variação positiva de 1,9%; o Imposto de Renda também retido na fonte tem uma variação de 15%, que passamos a partir de agosto do ano passado a ter um significativo aumento, porque passamos a fazer a retenção também das transferências do FPM, fazer as retenções dos repasses. O que é basicamente isso? Isso basicamente é um adiantamento do valor que vamos receber do FPM. Então, não é que estejamos incrementando este valor de retenção, é um valor que ele vem descontado do FPM. Ele só muda o tempo de recebimento, e passamos a receber antes. Então, não temos essa variação, não tem valor a mais, um valor maior. Temos a antecipação no tempo. Também tivemos ali do IPTU 1,9% comparado com o 1º quadrimestre, porque do ano passado tivemos a primeira parcela e mais duas. Nesse só tivemos a primeira parcela, a taxa única, o pagamento único que V.Exas., quando fizeram o ajuste, colocaram de forma sábia os 10% de desconto, isso deu um grande incremento no recebimento. Tivemos praticamente 57%, é isso né Mari, 57% de recebimento à vista, 57% do valor orçado do IPTU, do valor total do IPTU foi pago à vista pelos contribuintes de Curitiba. Em muitos dos anos anteriores a média era 30%, 35%. Tivemos um incremento bastante significativo. O ISS também tem apresentado crescimento nesse 1º quadrimestre, fruto da organização da sociedade curitibana, também do Município de Curitiba que apresenta incentivos. Mas os serviços têm se mostrado bastante fortes e ativos. Nisso aqui, Vereador, faço um parêntese aqui já para falar da reforma tributária. Se o Presidente me permite, o que é o grande foco da reforma tributária prevista pelo Governo Federal? Quando falo Governo Federal não pensem que tem ideologia, longe disso. É só uma questão de quem é o ente que está tratando do tema, responsável pelo tema. Então, a reforma tributária vem sendo conduzida pelo Governo Federal e ela praticamente acaba com o pacto federativo, porque ela tira dos municípios a gestão plena do ISS e demais tributos. Os municípios passarão a ser meros carimbadores, fiscalizadores e detentores de pires, porque vamos ter que andar com o pires na mão para receber o dinheiro que hoje fazemos a gestão. Então, é muito preocupante a forma como está sendo conduzido. As capitais defendem a reforma, a PEC 46, que tem uma metodologia diferente. Ela preserva o ISS nos municípios e traz unificação dos tributos estaduais e dos federais, então ela simplifica a forma de cobrança. O nosso objetivo é que as câmaras municipais também passem a adotar essa defesa da PEC 46. O Sr. Prefeito Rafael Greca está em João Pessoa, onde vai participar da FNP - Frente Nacional dos Prefeitos, hoje, amanhã e sexta-feira, onde será discutido com todos os prefeitos das capitais e

também dos municípios essa questão da reforma tributária. Não podemos deixar ou permitir que se feche ou que se fechem os municípios, porque é exatamente isso que vai acontecer se forem aprovadas a PEC 45 ou a PEC 110 da forma que estão. Isso é extremamente preocupante. Dito isso, Sr. Presidente, já passo para o próximo, que também é um gráfico que demonstra a arrecadação do ICMS. Como eu já havia dito no quadrimestre anterior, teremos uma queda de arrecadação do ICMS, muito por conta da alíquota que foi reduzida. E agora entra também em uma nova forma de cobrança, e a expectativa é que possamos recuperar um pouco esse repasse. O Fundeb também tem uma queda de 12,25%. O SUS vem caindo há já algum tempo. O IPVA, por conta do 1º quadrimestre, que é o quadrimestre do recebimento do IPVA pelo Estado do Paraná. As receitas de capital. Temos ali transferências, receitas de transferências. Nas transferências de capital temos uma diminuição de 56,7%. Isso a Dani mais à frente vai explicar a V.Exas. Outras correntes, temos uma superior, um índice positivo o FNDE e do FPM. A Dani, pode explicar ali, Sr. Presidente, o que é essa questão do capital a V.Exas. Faremos um jogral aqui. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** A questão do capital, temos a receita das transferências conforme o andamento das obras. Então, este ano temos um grande andamento para ser dado às obras, mas as obras ainda, as grandes obras, estão em boa parte na fase de licitação, e as que já foram licitadas estão iniciando e apresentando suas primeiras medições. Então, por isso que ainda não temos neste 1º quadrimestre uma realização significativa de transferências de capital. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Isso. Grandes obras podemos entender ali como o eixo leste/oeste, os binários necessários, os Interbairros 1 e 2, os binários necessários para a ligação e execução desses planos. Temos empenhado, já reservado para este ano, um bilhão de reais para essas grandes obras. Então já vamos para um quadro que demonstra ali a evolução ou involução no caso do SUS, dos repasses do SUS, do FPM e do FNDE. Então, fazemos esse acompanhamento, o SUS cai para R\$ 979; o FPM para R\$ 474; e o FNDE para setenta e nove milhões. O ICMS, receitas de transferências - pode passar a tela - o ICMS tem uma redução para R\$ 642; o IPVA tem uma evolução para R\$ 606; isso muito fruto do preço e valores dos veículos, que são principalmente os veículos usados, que tiveram um grande acréscimo na tabela Fipe, e porque o Estado não faz diferenciação de alíquota. Então, é uma alíquota padrão, como fizemos com o IPTU, temos uma alíquota padrão e assim é. O SUS também, os repasses do Estado tiveram um decréscimo ali de cento e quarenta e quatro para cinquenta e um. Já entramos na área das despesas. Nas despesas correntes temos um aumento para 8,27%, comparado ao quadrimestre de 22, para dois novecentos e noventa e três duzentos e oitenta e sete bilhões; despesas de capital quinhentos e vinte e seis milhões. Temos um acréscimo de 32%. E as despesas intraorçamentárias quatrocentos e quarenta e dois zero um, uma redução de 8,2%. No fechamento, no cômputo total, temos um acréscimo no 1º quadrimestre comparado com 22 de 11,29%. Aí é um gráfico que demonstra a realização das receitas no 1º quadrimestre, todas praticamente dentro dos 33%, que é a divisão que fazemos para os quadrimestres. As despesas correntes já no próximo gráfico, temos ali o pessoal e encargos sociais R\$ 1,82 bi; a despesa, com despesas correntes com outras despesas, R\$ 1,53 bi. Juros e encargos da dívida R\$ 35,6 mi. Despesas de capital ainda, amortização da dívida temos uma redução de 45,8%; na inversão financeira tivemos um acréscimo de 130%; investimentos de 65,4% de acréscimo. Metas e limites. Sempre lembrando, Vereadora Indiara, que na segunda-feira teremos a audiência pública da LDO, onde a Dani estará presente junto com a equipe para fazer todos os esclarecimentos. Talvez seja tão mais importante essa reunião da LDO do que a de hoje, porque a de hoje é basicamente pró-forma por conta, como eu disse, do início do ano não ter muita movimentação, não se exercita muito janeiro e fevereiro no Brasil, como acontece no resto do mundo, que é em junho, julho e agosto, não é Vereador Bruno, que daí eles praticamente fecham. O resultado primário dos limites da dívida, na LDO temos uma previsão de trezentos e trinta e quatro, realizados seiscentos e cinco; resultado nominal cento e seis, realizados setecentos e quarenta; receitas correntes de dez setecentos e seis cento e

quatorze e as deduções de um cento e onze bilhões. O total da receita corrente líquida temos nove quinhentos e noventa e quatro quatrocentos e oitenta e sete. Uma variação positiva de 2%. A nossa dívida consolidada de R\$ 1,36 bi; a dívida consolidada líquida de menos R\$ 3,29 bi. Na próxima parte mostraremos esse quadro de calor. Ali o atual é de 34,4%. Chegaríamos em alerta, 108%; limite 120%. Ou seja, estamos bem no azul, como demonstra a barra de calor. Esse é o quadro que demonstramos as metas e limites, que são os nossos empréstimos, que tivemos os empréstimos externos. E aí já começamos a demonstrar a efetiva execução e utilização desses valores. No BID 53%, NDB 10% e Agência Francesa de Desenvolvimento 37%. Não colocamos o BRICS ali porque ele não está acontecendo ainda, mas a expectativa é essa. Temos metas e limites. A dívida externa, a Caixa Econômica tem um pequeno aumento para R\$ 382; a RPPS é R\$ 296; o Pasep para R\$ 179, que temos um acréscimo aqui porque fizemos um acordo judicial para pagamento de uns valores do Pasep, que eram cobrados em duplicidade, tanto do IPMC quanto do Município, e havia uma discussão judicial quanto a isso. Chegamos numa condição de fazer um acordo para pagamento, **(I)** foi feito um acordo direto com a Procuradoria da Receita Nacional da Fazenda. E daí vamos conseguir fazer esses pagamentos. Esse é o primeiro de três, não é, Dani? Nós temos três, e esse é o primeiro que foi feito. Ele é vantajoso para o Município. A licença-prêmio que viemos pagando, R\$ 37,3; o Banco do Brasil, R\$ 33; Agência de Fomento, R\$ 19,2; BNDES, R\$13; Novações, R\$ 111; Receita Federal e INSS, R\$ 7; Cohab, R\$ 1,6; Precatórios, zero, porque fazemos os pagamentos. O precatório, só entra aí como dívida interna a partir do momento em que você não faz o pagamento dentro do ano. Como o Município de Curitiba já tem feito os pagamentos dentro do ano, inclusive, nesse ano, novamente, haverá o adiantamento do pagamento, agora em junho pagaremos os precatórios previstos até 31 de dezembro deste ano. Por isso, ele entra ali como zero. Na verdade, não temos dívida, temos os precatórios. Metas e limites. As garantias concedidas, duzentos e trinta e nove milhões. Também temos ali uma barra de calor, o atual é 2,5%; o alerta, 19%. Estamos bem dentro do apresentável. Operações de créditos, vinte e seis milhões. Antecipação de receita, zero. Também na barra de calor, temos um atual de 0,28%, e o alerta seria de 14,4%. O que demonstramos uma boa condição fiscal. Despesas com pessoal. Também estamos dentro do limite apresentado. Temos ali quatro bilhões e noventa e sete mil. Sendo que o atual seria de 42,78%; e o alerta seria de 51,3%. Temos uma boa margem, sempre lembrando que já tramita nesta Casa o plano de cargos e carreiras, que haverá um pequeno impacto, com absoluta certeza, nesse índice. O limite de propaganda e publicidade. Sempre o apresentamos bastante comedido, 0,23%, com o limite de 0,60%. Então, estamos dentro do previsto orçamentariamente dentro da LDO. Aqui é aquele quadro a que me referi no início, Sr. Presidente, que a Saúde atinge, porque Saúde não para, então, ela atinge o índice exigido, praticamente, o ano inteiro. Então, como temos dezembro, janeiro e fevereiro, o nosso índice exigido é de 25%, estamos com 17%. Mas, com absoluta certeza, chegamos ao final do ano com o cumprimento do mínimo do índice, e até maior, como temos feito nos últimos anos. Basicamente, Sr. Presidente, são esses os números que temos a apresentar, e ficamos à disposição dos questionamentos, que me parecem mais produtivos para a Casa, e para nós também, nos esclarecimentos de V.Exas. **O SR. PRESIDENTE:-** Perfeitamente. Agradeço a explanação. É importante também frisar que os balanços do 1º quadrimestre já estão disponíveis. A Câmara recebeu o relatório de gestão fiscal, e todos também podem ter acesso a essas informações. Eu vou iniciar as perguntas, Sr. Secretário. O que eu observei são dois pontos. Ontem tivemos aqui a audiência da Saúde. A Secretária nos trouxe os dados, de que forma esta pasta está sendo desenvolvida orçamentariamente. Ontem, eu perguntei a ela de que forma o SUS estaria fazendo algum aporte, sendo que o Município, ao longo dos anos, vem sempre aportando um valor maior. Então, hoje, o Município de Curitiba aporta quase 54% do que o Sistema Único de Saúde, sendo que o Governo Federal, em torno de 40%, e 5% do Governo Estadual, fechando o orçamento total. E eu observei também que teve uma queda de repasse no SUS.

Também observei que o Fundeb, não sei se é o período, o calendário, também teve um repasse menor. E o ICMS. Ontem o Secretário de Fazenda esteve na Assembleia Legislativa, demonstrando que o Paraná parece que ficou deficitário em dezesseis bilhões de reais. E também aponta uma queda na arrecadação e, conseqüentemente, o Município acaba recebendo menos. Então, são esses três pontos que observei. Também comento sobre o Pasep. Há muitos anos é discutido com os municípios, que é uma dívida fundada para os municípios, e a União não amortiza a dívida. Eu acho que são taxas Selic. Então, sempre faço um apelo. Acho que o Congresso deveria observar essa questão mais próxima dos municípios, para que, de fato, essa dívida atinja a sua amortização. Ao longo dos anos os municípios só vêm pagando. O senhor nos trouxe a informação, e agora houve um acordo com a Secretaria Nacional, visando um pagamento, o Município efetuará os pagamentos, isso beneficiando também os municípios. Porque quando os municípios aportam esse valor pago ao Pasep, da forma como o Governo Federal instituiu a cobrança, ele deixa de ir como outros serviços aos municípios. Eu quero também parabenizar, na pessoa da Procuradora Geral, Dra. Vanessa, que ao longo dos anos esta Casa não recebia o relatório de precatórios e, pontualmente, desde que iniciou a gestão na Procuradoria, a Câmara Municipal tem recebido, dentro do prazo, e falamos do prazo legal, porque a Responsabilidade Fiscal exige que a Procuradoria envie a esta Casa. Excepcionalmente vem para a Comissão de Finanças, e tem chegado dentro do prazo previsto, a previsão de pagamento desses precatórios, que também estão em dia, como o senhor acabou de explicar. Então, seriam só essas observações. No Fundeb, no repasse do ICMS e do SUS. Gostaria desses comentários. Vou fazer uma rodada com três perguntas. Próxima Vereadora inscrita, Indiara Barbosa. **A Sra. Indiara Barbosa:-** Obrigada, Vereador Serginho. Cumprimento o Secretário, a Daniele, toda a equipe da Secretaria de Finanças. Avaliamos também o relatório do Siconfi, e temos algumas perguntas em relação à variação, a atualizações que houveram em relação ao previsto inicialmente, e ao valor atualizado. Uma delas é em relação ao gasto com Previdência Social, que teve uma redução de quase seiscentos milhões. A previsão da dotação era de 2,5 bilhões, e passou para 1,9 bilhão. Então, é uma redução de quase seiscentos milhões, é um valor relevante. O meu questionamento é: por que essa redução? Outra dotação que teve uma atualização relevante foi a linha de Urbanismo. O gasto com Urbanismo também tinha uma previsão de um bilhão, e foi atualizada para quase dois bilhões. Ou seja, mais do que dobrou. Então, qual é o motivo dessa variação? Outra atualização foi em relação à dotação de Tecnologia da Informação. Então, passou de cento e cinco milhões para quase cento e oitenta e sete milhões. Tecnologia da Informação, teve um aumento de oitenta e dois milhões. E, por último, a linha de Habitação, que tinha uma dotação inicial de trinta e três milhões, e aumentou para cinquenta e sete milhões. Teve um aumento de vinte e quatro milhões, quase 74%. Então, qual o motivo dessas variações? **O SR. PRESIDENTE:-** Próximo inscrito, Vereador Bruno Pessuti. **O Sr. Bruno Pessuti:-** Somente para parabenizar o nosso Secretário Cristiano Hotz, a Dani, e toda a equipe. O impacto causado pela redução do ICMS tem afetado as contas municipais. Não ficou claro, talvez, o valor que a cidade deixou de arrecadar. Foi colocado em percentual, mas quantos milhões de reais a cidade deixou de arrecadar e que isso impacta, Secretário, na realização de obras e de investimento para melhorar, não somente a infraestrutura urbana, mas, por exemplo, para melhorar o atendimento em saúde, em educação? Essa foi uma medida tomada no final do ano passado, e que tem impactado não somente as contas no Estado, mas também as contas no Município. De que forma isso pode ajustar nos próximos meses? **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Sr. Cristiano Hotz, para as devolutivas. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Basicamente, Sr. Presidente, quando falamos de Fundeb, que tem uma redução, tudo está envolvido junto com o calendário e também com os repasses do FPM e do ICMS. Então, havendo a redução de repasse desses impostos, basicamente, cai o Fundeb também. O Pasep é aquilo que V.Exa. já falou, estamos promovendo. A gestão fiscal não se faz, somente, com contenção de gastos, mas também a recuperação e corte das torneiras

abertas. E o Pasep era um que púnhamos o dinheiro e continuava pingando. Então, não conseguíamos fazer a contenção desse gasto. Com esses acordos sendo realizados pela Procuradoria, e aqui quero deixar muito claro a minha, quase que, veneração à Dra. Vanessa, que ela é uma pessoa fantástica, espetacular. Eu sou completamente suspeito para falar dela, considero ela uma irmã, fui estagiário dela. Então, quero dizer que sou suspeito para falar da competência da Dra. Vanessa junto à Procuradoria. E não só à Procuradoria, mas também como advogada. E ela tem conduzido muito bem esses acordos e essas realizações dentro do Município de Curitiba. E também dizendo e elogiando a condução da Dra. Vanessa, Sr. Presidente, que não só o relatório de precatórios, mas também passamos a ter os relatórios de risco e previsão de gastos para as ações em trâmite no Município de Curitiba, que ela tem apresentado para nós também, o que é muito importante para que possamos elaborar. Então, mais uma vez, agradecer à Dra. Vanessa na condução da PGM. Vereadora Indiara, essas questões que V.Exa. apresentou, vou passar para a Dani, porque ela tem os números exatamente na cabeça. A Previdência Social, temos algumas questões que envolvem o nosso IPMC, estamos buscando fazer o saneamento dele também, pretendemos fazer mais uma ação efetiva ainda nesse ano, para que possamos fazer o saneamento do IPMC, para que possamos deixar os nossos funcionários mais tranquilos quanto à questão de aposentadoria futura, para que possamos fazer as adequações. O Urbanismo, não houve uma diminuição, e sim um aumento, como V.Exa. aumentou que, basicamente, é a manutenção da cidade. E as ações do Urbanismo, que eles vêm fazendo de fiscalização e ações. A Tecnologia da Informação, são questões ligadas ao etéreo, coisas que não vemos, mas são questões que se não fizermos atualizações de sistemas, evolução de sistemas, passamos a ver fila, passamos a ver mal atendimento, passamos a ver questionamentos, passamos a ver reclamações. Então, o que estamos fazendo com essa Tecnologia de Informações, basicamente, é fazendo adequações e trazendo Curitiba novamente para o futuro. Temos três ou quatro programas, somente na Secretaria de Finanças, que estão sendo elaborados. Temos a COPI, conduzida pelo Eduardo, que tem um trabalho fantástico, quando usa o Nota Curitibana. E temos alguns programas sendo atualizados (A) para que não tenhamos mais questionamentos e interrupção na prestação de serviço. Tem um exemplo, tem um novo SAE, que é um sistema que vai fazer a integração de recebimentos, pagamentos e a baixa efetiva, para que possamos ter uma maior rapidez na prestação de serviços ao contribuinte. Nós fizemos algumas adequações no sistema de gerenciamento de notas e isso demanda dinheiro, infelizmente. Eu estive no Serpro na semana passada e tive a sorte de poder entrar na sala-cofre do Serpro, é um negócio assim descomunal. O diretor do Serpro me apresentou um computador, ele falou assim "você já viu dois bilhões de reais juntos?". Eu falei que não e ele falou "então, pois é, você está vendo agora, é um computador". Você olha para ele, não é absolutamente nada, mas são dois bilhões de reais ali em uma máquina. Então, são valores expressivos que a tecnologia vem nos demandando. E a Dani vai falar da aplicação financeira e também já do valor de redução do ICMS que, já adiante, é de trinta e seis milhões de reais no quadrimestre. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Então, nós temos a questão colocada pela Vereadora. A Previdência tem um aumento, ela está basicamente nos mesmos valores, Indiara. O Urbanismo nós temos um incremento das licitações agora no 1º quadrimestre de manutenção. Por isso que ele aparece com um valor tão significativo a maior nesse 1º quadrimestre, mas é um valor normal do exercício, só está sendo adiantado o prazo. Nós estamos iniciando as licitações antes, então, foram colocados valores para que se iniciem os procedimentos licitatórios antes no processo. Por isso que aparece com esse valor mais significativo. Da mesma forma a Tecnologia da Informação, porque nós temos alguns processos que estão ocorrendo e foram colocados os valores tetos para os processos, não significa que se realizarão nesses valores. Os valores tetos são para a licitação. Habitação, o aumento que acontece efetivamente na habitação é a Vila Divino, é um incremento que foi feito para a realização da Vila Divino, que também acho que já foi licitada, está nos últimos trâmites, se não me engano, da licitação. **O**

SR. CRISTIANO HOTZ:- Vila Divino e o Bairro Novo do Caximba, que está sendo executado. Então tem um incremento. E para que possamos fazer as licitações temos que fazer a previsão orçamentária e fazer a reserva dos valores, como acontece com o eixo Leste/Oeste e Inter 1, Interbairros 2 e Inter 2, esse valor em binários, não é só para o eixo, é toda uma malha viária que tem readequações, tem uns binários, Olga Balster, binários sendo realizados, que isso dá aproximadamente um bilhão de reais, se V.Exa. for verificar, ele não está mais no superávit, ele já foi retirado para poder fazer esse **A Sra. Indiara Barbosa:-** Na dotação inicial, então, não estava sendo considerado este valor e daí foi incluído? Porque é um bilhão, é um valor relevante. **A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:-** Foi colocado o superávit. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Foi retirado do superávit. Ele tinha uma dotação, mas para reserva da rubrica, porque sabíamos que usaríamos o superávit para essa questão. Por isso que nós tínhamos o superávit. **A Sra. Indiara Barbosa:-** E daí da Previdência eu mostro depois para darmos uma olhadinha juntos. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** E agora ao Vereador Bruno Pessuti. O valor do ICMS, Vereador, nesse 1º quadrimestre a redução foi de trinta e seis bilhões, mas a previsão, espero que não se realize, é de aproximadamente duzentos e sessenta milhões de reais. Mas agora com a alteração da forma de cobrança do combustível e algumas alíquotas que o Governo do Estado fez a correção, esperamos ter essa, não uma perda, mas um equilíbrio do que já vínhamos recebendo. E agora, extra pauta, Vereador, mais uma vez de público externar os meus sentimentos à passagem da senhora sua mãe, e que fique registrado o quanto vocês tive a oportunidade de trabalhar com os três irmãos, com o seu pai. Então, transmita à família os meus sentimentos. **O SR. PRESIDENTE:-** Pergunto se algum membro da Comissão de Economia deseja fazer a sua manifestação? Não? Então passamos ao Vereador Rodrigo Reis, na sequência Vereador Sidnei Toaldo e fechamos com o Líder Tico Kuzma. Com a palavra o Vereador Rodrigo Braga Reis. **O Sr. Rodrigo Braga Reis:-** Primeiro, ele sabe da admiração, o Cristiano Hotz conheço há muito tempo, sei da sua capacidade, os estudos, a dedicação, o empenho. Parabéns pelo seu trabalho na Copel. Tive a oportunidade de acompanhar o trabalho do Cristiano lá na Copel, que foi espetacular no desenvolvimento da administração da empresa como um todo. Nosso abraço à Daniele, ao Mário Filho, ao Adriano Manzepe que é diretor do ISS, ao Eduardo que aqui está. Eu só queria fazer uma pergunta simples, que as pessoas nos fazem. Nós sabemos que o Tribunal de Contas exigiu que a Prefeitura de Curitiba fizesse uma, não sei qual é o termo, adaptação da Planta Genérica da cidade, e acabou elevando alguns, muita gente deixou de pagar o IPTU. Queria saber qual é o impacto disso no orçamento da Prefeitura. Sabemos que a Prefeitura não tinha o interesse, mas o Tribunal de Contas fez essa exigência, da adaptação da Planta Genérica. Eu queria saber qual é o impacto disso no orçamento da Prefeitura. Muito obrigado. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Vereador Sidnei Toaldo. **O Sr. Sidnei Toaldo:-** Obrigado. Quero saudar o nosso Secretário Cristiano. Primeiramente obrigado pelo atendimento sempre prestativo da sua parte e da sua equipe. É nessa mesma linha sobre o IPTU. Hoje não é Refic, tá, Secretário? Mas são duas situações, nós fomos muito criticados aqui na aprovação do IPTU, e posteriormente conversamos com o Sérgio Primo que cuida muito bem dessa área, o número de recursos de IPTU este ano, pelo que me consta, vai poder me confirmar agora, não foi tão alarmante como pregaram algumas pessoas, que seria um caos o IPTU em Curitiba. E, segundo, também com relação a essa arrecadação. Claro que 57% foi recebido à vista, mediante também a essa aprovação dos 10%, que com certeza na crise econômica que o País passa realmente é um valor considerável. Esse montante, eu acho que até é surpresa, mas não pelos 10%, porque realmente a crise está aí, é efetiva, está aí para todo mundo ver, mas acho que foi importante essa colaboração dos Vereadores com a Prefeitura, com relação à aprovação dos 10%. Para que as pessoas pudessem ter a condição de pagar essa conta, e as outras, posteriormente durante o ano pagar as suas outras despesas. Então, é somente isso, só parabenizar pelo seu trabalho e da sua equipe, toda a sua Secretaria que faz um trabalho excelente junto à nossa Prefeitura de Curitiba. **O SR.**

PRESIDENTE:- Com a palavra o Líder do Governo, Vereador Tico Kuzma. **O Sr. Tico Kuzma:-** Também quero cumprimentar o Secretário e toda a sua equipe, agradecer esse trabalho, esse empenho. E, de uma certa forma, parabenizar também o nosso Prefeito Rafael Greca e o Vice-Prefeito pela preocupação com as finanças do Município, ele sempre fala em todas as suas palestras da situação financeira do Município com muito orgulho. Ele comentou de uma viagem recente que fez, em que ele foi convidado para abrir durante três dias as falas, justamente pela situação fiscal do Município de Curitiba. Então, parabenizar o Prefeito pela condução também, o Secretário Vitor, agora o Secretário Cristiano, por colocar pessoas competentes que se somam a essa equipe tão competente de servidores de carreira que nós temos também na Secretaria de Finanças, que tocam de forma organizada, de forma transparente e que buscam esse atendimento, não só aos Vereadores, mas toda população que procura a Secretaria de Finanças é respondida, é atendida. E dentro da lei tudo é feito, tudo é resolvido, aqueles problemas que a população apresenta. Então quero, Secretário, cumprimentar, parabenizar também e agradecer todo esse empenho dos servidores, do secretário, dos superintendentes, de todos que compõem a Secretaria, que vemos essa tranquilidade. Sempre participamos da audiência pública de finanças e é sempre de uma forma tranquila, sempre com a participação tranquila e sempre exaltando os números positivos da Prefeitura. Parabéns, Secretário. Parabéns a todos os servidores da Finanças do Município. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra o Secretário. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Grato, Sr. Vereador. Vamos começar aqui pelo Vereador Rodrigo Reis. Amigo não tem defeito, não é, Vereador? Então os seus elogios são sempre muito bem-vindos a minha pessoa, muito agradecido e estendo os mesmos eu digo igual, igual a V.Exa. Já respondendo ao Vereador Sidnei, agradeço também as palavras, nós tivemos um impacto do IPTU, como foi apresentado a V.Exas., que tiveram a ousadia e a compreensão do entendimento do que apresentávamos quando da aprovação da Planta Genérica, alteração da Planta Genérica. Tivemos a equipe do Sérgio Primo, comandada pelo Mário Nakatani, sempre teve uma preocupação de não aumentar a cobrança do IPTU. Tanto é que o impacto de um ano para o outro é de aproximadamente duzentos e cinquenta milhões de reais. Com toda a reforma que fizemos nós acrescentamos duzentos e cinquenta milhões, já com inflação e com tudo. Então é uma questão que sempre fizemos uma ponderação, fizemos reduções de alíquotas, fizemos a criação de novos Bom, V.Exas. tiveram a oportunidade. Esse impacto então é de duzentos e cinquenta milhões de reais, tivemos uma grata surpresa de receber seiscentos e cinquenta e nove milhões de reais, praticamente no valor à vista, que dá 57% do valor orçado, é um valor assim bastante significativo. E mais uma vez, como eu já disse, Vereador Sidnei, agradecer a contribuição, que eu já havia dito no início da minha fala, e V.Exa. lembrou, a contribuição que esta Casa deu referente aos 10%. E, como disse o Prefeito Rafael Greca, e agora transmito oficialmente, será mantido para o ano que vem. Ele já me disse que eu poderia dizer a V.Exas., será mantido para o ano que vem o mesmo desconto de 10%. Também já entrando ali na questão das reclamações e impugnações. Tivemos um total de sete mil processos abertos no Procec. Destes sete mil processos, o número de quatro mil e setecentos suspendem a cobrança do IPTU. O que interessa basicamente, no total de novecentos e cinquenta e sete mil lançamentos, nós tivemos quatro mil e setecentas impugnações. Então, é um número reduzido que esperamos solucionar isso o mais rápido possível. Com absoluta certeza há equívocos por parte do lançamento do Município e estes serão revistos. Nós faremos revisões de ofício. Eu posso dar o exemplo de um condomínio que se demonstrou realmente que tinha, foi feita a taxa de cobrança, foi feita a taxa da coleta de lixo, e o condomínio fez esse questionamento, essa impugnação e nós identificamos realmente, eles apresentaram documentos de que eles têm uma coleta própria da taxa de lixo. Então vai ser excluída essa taxa de coleta. Temos outros casos em que houve erro de lançamento. Então, assim, num universo de novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e sete com equívoco, consideramos um êxito do que foi realizado. Então, mais uma vez, e agora respondendo ao Vereador Tico Kuzma e agradecendo as

palavras também, Vereador, mais uma vez essa condição financeira que o Município de Curitiba tem ela inicio com o primeiro mandato do Prefeito Rafael Greca, com a coragem que ele teve de apresentar essa reforma, com a coragem também apresentada pelo Secretário Vitor que também é muito meu amigo, não podemos deixar de fazer a boa lembrança dos bons atos realizados, e o Secretário Vitor teve uma boa participação, uma excelente participação na condução dessas ações realizadas já no primeiro mandato (P) e V.Exas. também. O Francisco que trabalhava lá na área, era o superintendente, onde está o Mário hoje. O Francisco voltou para o Estado do Paraná, está atuando na Secretaria de Estado. Sem sombra de dúvidas, mas assim sem a mínima condição de você esquecer ou minimamente não lembrar, eu agradeço todos os dias a presença da Dani ao meu lado lá na Secretaria. Agradecendo a Dani, ao Carlos e ao Claudinei, agradeço a todos os funcionários de carreira, não só da Secretaria de Finanças, mas do Município de Curitiba. São espetaculares, são extremamente preparados, fantásticos, vestem a camisa do Município e não vou dizer que é para essa administração, sempre, porque eu já tive a oportunidade de passar lá em outras [administrações]. São pessoas extremamente comprometidas com o Município. O meu agradecimento público aos funcionários de carreira da Secretaria de Finanças, que às vezes eu brinco lá na Secretaria, "está um silêncio aqui", porque está todo mundo pensando, vendo números e eu já começo a tumultuar um pouco. A Dani fica brava comigo lá, mas tudo bem, ela para rapidinho de fazer as contas e conversa. Então, é basicamente isso, Vereador Rodrigo, Vereador Sidnei e Vereador Tico, que resumi numa fala só a resposta aos três Vereadores. Acho que consegui fazer e graças a Deus, Vereador Sidnei Toaldo, não falamos do Refic hoje. **O SR. PRESIDENTE:-** Com a palavra a Vereadora Amália Tortato. **A Sra. Amália Tortato:-** Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a presença do Secretário e da Dani, que é minha vizinha, descobri isso recentemente. Agradeço pela apresentação e pela presença. Eu fico assustada quando escuto Vereadores aqui dizendo que o IPTU não aumentou. Eu não sei em que mundo esses Vereadores vivem. As pessoas que me circundam tiveram realmente um aumento extraordinário de IPTU, se passar de quatrocentos para novecentos é pouco para o Vereador Sidnei para mim não é, para mim é bastante coisa. Muitas pessoas vieram me procurar, dizendo que bateram na trava do aumento estipulado para esse ano, que ainda terão aumento no ano seguinte, aumentos que passaram dos duzentos e cinquenta reais, porque havia duas travas, duzentos e cinquenta reais e a porcentagem. Algumas pessoas bateram na trava dos duzentos e cinquenta reais, algumas pessoas bateram na trava dos vinte e poucos por cento de aumento. Se para o Vereador Sidnei isso é pouco, para mim não é. O Secretário comentou um aumento de arrecadação de duzentos e cinquenta milhões relacionados ao IPTU. Duzentos e cinquenta milhões de aumento de arrecadação é mais de 20% de aumento, ou seja, no bolo do orçamento do Município de Curitiba, estamos falando de um aumento de arrecadação de IPTU correspondente a mais de 20%, o que é certamente superior a inflação do ano anterior. Então sim, tivemos aumento de IPTU. Talvez os senhores não queiram assumir isso, mas sim tivemos. A minha pergunta, para ser direta Secretário, é com relação também ao IPTU, que recebemos diversas reclamações com relação aos critérios de isenção. Quando eu comecei a falar sobre o IPTU aqui na Casa, sobre o projeto que havia sido trazido pelo Executivo e comecei a falar sobre o IPTU aqui nesta Casa, uma das coisas que eu mais falei foi: nós estamos assinando um cheque em branco para a Prefeitura, porque não sabemos quanto vai aumentar. Não sabemos quanto vai aumentar, não sabemos quais serão os critérios e pudemos ver isso claramente com relação ao critério de isenção. No ano passado existia um critério de isenção, esse critério foi alterado via decreto e inclusive há um questionamento jurídico com relação a isso, se isso poderia ser feito via decreto. Mas o fato é que muitas pessoas perderam o direito à isenção. Então eu quero saber, de onde surgiram esses critérios para a isenção? Por que a Prefeitura arrochou tanto os critérios para a isenção? Por que isso não foi falado quando da discussão do projeto do IPTU aqui nesta Casa? Obrigada. **O SR. PRESIDENTE:-** Não temos mais Vereadores inscritos, então devolvemos a

palavra ao Secretário. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Bom, quanto aos critérios, Vereadora, como V.Exa. já disse, tem uma discussão jurídica, então vamos aguardar a decisão judicial para que possamos comentar, não vou comentar a ação em trâmite. Tivemos dois limitadores apresentados, o 23,9% e o de duzentos e cinquenta reais. Quando houve... **A Sra. Amália Tortato:-** Eu gostaria só de lembrar, Vereador Sidnei, só não foi maior o aumento porque eu comecei a discutir esse assunto aqui na Casa. **O SR. CRISTIANO HOTZ:-** Assim é, Vereadora, V.Exa. pode falar as opções mas a verdade é que nós tivemos... Não que V.Exa. não esteja dizendo a verdade. Uma verdade também que se apresenta é que tivemos um grande número de reduções, de imóveis que deixaram de pagar, tivemos um grande número de isenções de imóveis de pessoas que deixaram de pagar, um grande número de pessoas que tiveram aumento praticamente zero. Nós tivemos uma grande correção da forma de cobrança do IPTU, da avaliação dos imóveis, trouxemos a valores presentes os imóveis que a sociedade tinha um valor venal e agora temos um valor venal próximo da realidade. A trava de 23,9% se aplicou e sim houve uma correção maior que 250%, mas a grande maioria se manteve dentro dessa trava. Vou explicar uma situação, que para mim foi bastante didática. Eu estava na rododiferroviária, fui comprar passagem para a minha esposa que estava indo para Lages, visitar a família dela e dentro do guichê da companhia havia quatro pessoas, uma delas estava com o carnê do IPTU, com a folha do IPTU, conversando junto com as outras três pessoas. Aí eu perguntei assim: o seu IPTU aumentou ou o seu IPTU diminuiu? "Nossa, o meu IPTU aumentou!" Eu perguntei quanto aumentou e ela falou que aumentou cinquenta reais. Quanto a senhora paga de IPTU agora? Aí ela me falou assim: "Não, agora estou pagando cento e setenta e cinco reais". Ok, a senhora mora em casa ou a senhora mora em prédio, em condomínio? "Ah eu moro em condomínio". Tá bom, mora em condomínio. E nisso as outras três pessoas acompanhando a minha conversa. Mora em condomínio e quanto a senhora paga de condomínio? Eu sei que é uma comparação que V.Exa. dá risada da minha fala, mas acho que é bastante significativa e V.Exa. vai entender bem, vai entender pela reação das pessoas. A senhora paga quanto de condomínio? "Eu pago trezentos e vinte e cinco reais de condomínio." Por ano? "Não, por mês". Quanto que a senhora paga de IPTU agora? "Cento e setenta e cinco". Por mês? "Não, por ano". Aí a reação das três pessoas e não foi a minha, das três pessoas que estavam junto com ela, da mesma condição social dela, muito provavelmente, falaram assim, "então por que você está reclamando?" Porque o valor do IPTU paga muito do que é realizado no Município, ele paga asfalto, paga saúde, paga educação, paga segurança, paga iluminação, paga muito do que é realizado no Município. Então, se não fizessemos essa atualização, teríamos problemas futuros. O Município de Curitiba vem num crescendo de ajuste fiscal e é basicamente isso que estamos fazendo agora e fizemos com o IPTU. Houve aumentos? Houve. Houve correções que não respeitaram talvez os 23,9%? Houve, por quê? Porque houve correção de lançamento, houve atualização do imóvel. As pessoas buscaram fazer a atualização do imóvel e as que tiveram atualização nos últimos cinco anos não entraram no limitador, porque o imóvel que elas estavam pagando nos últimos cinco anos era completamente diferente do que estava lançado nos cadastros do Município de Curitiba. Então, quando houve um aumento que extrapolou os 23,9%, é isso, o imóvel era um imóvel de madeira de cem metros quadrados, hoje tem um imóvel de alvenaria de trezentos metros quadrados. Esse não entrou no limitador, porque o cidadão fez a alteração e não informou ao Município de Curitiba, basicamente estava sonhando. Foram essas alterações e essas correções que foram feitas, por isso, ousou discordar de V.Exa. quando diz que foi dado um cheque em branco. Não foi dado um cheque em branco! V.Exas. e muitos aqui entenderam o que nós estávamos fazendo, fizemos de uma forma consciente, tanto é que não tivemos um grande número de reclamações. O nosso atendimento à população de Curitiba foi planejado desde outubro do ano passado. Fizemos treinamentos com os nossos funcionários, fizemos treinamentos com os nossos estagiários, fizemos treinamentos técnicos e psicológicos. Tivemos aula com psicólogos de como atender a população, para que a população não saísse

frustrada do atendimento. Muitos não gostaram do valor, mas não podiam reclamar do atendimento porque o atendimento foi mais humanizado. Para nós tudo isso foi importante nessa realização. O cheque em branco, mais uma vez ousou discordar de V.Exa., tanto é que estão aí os números. Perguntei a alguns Vereadores com quem tive a oportunidade de conversar, a expectativa era muito maior do que foi realizado. Vereadores que tinham uma base bastante ampla da população mais carente, disseram-me que não houve tanta reclamação. Houve muita reclamação de pessoas mais abastadas, onde tiveram uma correção um pouco maior, porque eram valores que não estavam sendo corrigidos de forma correta e foram trazidos ao valor presente. Basicamente isso que aconteceu. **O SR. PRESIDENTE:**- Não temos mais Vereadores inscritos. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, faremos o encerramento dessa audiência pública. Antes disso quero agradecer a toda equipe da Comissão de Economia da Câmara Municipal, na figura da Sra. Jussana Marques, Diretora; da Cristina Fonseca; do Roberjan Prestes; do Ederson Carlos e do João Carlos da Costa. Mais uma vez quero agradecer a presença do Secretário Cristiano Hotz; da superintendente Daniele Regina dos Santos; do superintendente Fiscal Mário Natakami Júnior; do Carlos Eduardo Kukulj, do Departamento de Contabilidade; do Claudinei Nogueira, do Departamento de Rendas Mobiliárias; do Adriano de Andrade Manzepe; do Carlos Moraes Markowicz e também do Sr. Jaderson Goulart, que acompanham o Secretário na audiência do dia de hoje. A audiência foi breve porque os dados do 1º quadrimestre são informações que ainda estão em desenvolvimento orçamentário no período. Não havendo mais perguntas e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente audiência pública, agradecendo a participação das Sras. Vereadoras, dos Srs. Vereadores e das demais autoridades. Aqueles cidadãos que não puderam participar diretamente da reunião, a Câmara Municipal fica à disposição para quaisquer questionamentos, enviaremos via Comissão de Economia e Finanças ao Executivo. Agradeço ao Sr. Presidente Marcelo Fachinello, a quem de imediato passo a palavra para a continuidade da nossa Sessão. Muito obrigado a todos, um bom dia. Está encerrada a audiência pública às 11h24min."Do que, para constar, a presente Ata foi lavrada pelo servidor Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas, e será notificada e, após três dias úteis, considerada aprovada pelos Senhores Vereadores que compõem a Comissão."

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Bruno Pessuti
Membro

Giorgia Prates - Mandata Preta
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro